

BOLETIM DE

ANÁLISE DA CONJUNTURA

ANO 03 - Nº 23 - MARÇO 2018

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



GOLPE CONTRA O ESTADO

INTERNACIONAL

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA

SOCIAL

ECONOMIA

TERRITORIAL

COMUNICAÇÃO

MOVIMENTOS SOCIAIS

APRESENTAÇÃO

O **Boletim de Análise da Conjuntura** de março traz uma ampla cobertura do assassinato da vereadora do PSol, Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes em plena intervenção federal na cidade do Rio de Janeiro. Nas seções **Política e Opinião Pública, Comunicação e Movimentos Sociais**, são analisados os desdobramentos e repercussões do crime nas instituições políticas nacionais e internacionais, a comoção popular e reação dos movimentos sociais e o posicionamento da imprensa nacional e estrangeira a respeito, bem como sua repercussão nas redes sociais online.

Na seção **Golpe contra o Estado** se reporta que a Comissão de Minas e Energia do Congresso Nacional acelerou a tramitação do projeto de lei proposto pelo Executivo e que visa implementar transformações na política para o gás natural. A nova proposta, chamada Gás para Crescer, objetiva substituir os princípios de autossuficiência e sustentabilidade pela priorização da atração de investidores externos e diversificação de agentes que atuam no setor.

Na parte **Internacional**, são abordadas as razões da substituição do secretário de Estado dos Estados Unidos, Rex Tillerson, o resultado das eleições parlamentares na Colômbia e a renúncia do presidente do Peru, Pedro Pablo Kuczynski, que estava sob nova ameaça de impeachment. Também são analisadas a reeleição de Vladimir Putin para a presidência da Rússia e a aprovação de um novo governo pelo Parlamento alemão.

A seção de **Política e Opinião Pública** deste mês analisa as pré-candidaturas à presidência e o reordenamento das forças políticas na Câmara dos Deputados, gerados a partir da janela partidária. Também aborda as pesquisas de opinião, com destaque para os dados mais recentes de intenção de voto, rejeição, avaliação de governo, percepção sobre o caso Lula e apoio à intervenção no Rio de Janeiro.

Na temática **Social**, são estudados os últimos dados do mercado de trabalho, em especial da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua (PNADC) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). No mês do Dia Internacional da Mulher se faz um balanço de indicadores que demonstram a existência e persistência (e, em certos casos, ampliação) das desigualdades de gênero no Brasil, considerando homens e mulheres.

Na seção de **Economia** se mostra que embora pareça bastante certo que o PIB deverá crescer em 2018 a uma taxa mais alta do que a verificada no ano passado, os indicadores econômicos de janeiro e fevereiro vão confirmando que a esperada recuperação deve ser bastante precária, ainda quase exclusivamente dependente da expansão do consumo das famílias que, por sua vez, decorre do baixo patamar inflacionário, da gradual retomada do crédito ao consumidor e de alguma elevação das ocupações informais. É muito pouco para um país que viveu dois anos de profunda recessão, que possui doze milhões de desocupados e cuja renda per capita ainda está 10% abaixo do patamar registrado em 2013.

Em **Territorial**, a análise mostra que o desemprego de longa duração vem crescendo no país. E mulheres, jovens, pessoas de média e alta escolaridade e do meio urbano sofrem mais com isso.

Por fim, a seção de **Movimentos Sociais** discute os rumos autoritários da institucionalidade do país. Ditaduras são compostas por dois elementos: ruptura institucional e repressão. Se a ruptura institucional já ocorreu com o golpe de 2016, que destituiu a presidenta Dilma, a repressão ganha contornos preocupantes na conjuntura atual, o que demonstra a gravidade da instabilidade democrática brasileira.



GOLPE CONTRA O ESTADO



Neste primeiro trimestre de 2018, a Comissão de Minas e Energia do Congresso Nacional acelerou a tramitação do projeto de lei proposto pelo Executivo e que visa implementar transformações na política para o gás natural. A nova proposta, chamada Gás para Crescer, objetiva substituir os princípios da autossuficiência e da sustentabilidade pela priorização da atração de investidores externos e pela diversificação de agentes que atuam no setor.

A DESESTATIZAÇÃO DO GÁS NO BRASIL

O gás natural pode ser considerado um combustível fóssil mais nobre do que outros hidrocarbonetos em termos ambientais, dado que emite menos poluente quando de sua utilização. Entretanto, sua participação na matriz energética brasileira responde por pouco mais de 10% da oferta primária de energia, considerando a média mundial de cerca de 25%.

Ainda assim, o mercado brasileiro é bastante robusto: são 3.050 clientes industriais, 36.122 clientes comerciais, 26 distribuidoras (a Petrobras tem participação em pelo menos vinte delas), 440 municípios e 3.060.213 residências atendidas com 53.93 milhões de metros cúbicos/dia de gás natural consumidos das distribuidoras, tudo isso sem considerar o potencial de expansão desse mercado, pois o gás natural canalizado está presente em apenas 470 das 5.570 cidades do país e atende três milhões de residências, em um total de 68 milhões de domicílios brasileiros. Onde o gás natural não chega, se recorre ao uso do gás de botijão (GLP). Os dados são da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás).

No caso do Brasil, onde as reservas são predomina-

mente marítimas, um dos principais obstáculos para o desenvolvimento do mercado de gás situa-se justamente na logística, no transporte e na distribuição.

Do ponto de vista da oferta, os núcleos produtores estão distantes dos centros consumidores, de modo que o custo logístico impacta fortemente a composição do custo total de produção do gás. A oferta de gás natural no Brasil é composta pela produção nacional, pela importação via gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol) e por compras em menor quantidade de países como Argentina, Espanha, Nigéria e Catar.

Do ponto de vista da demanda, para que haja viabilidade no investimento em malhas dutoviárias torna-se fundamental a existência prévia de grandes consumidores, o que torna justificável o investimento. A demanda de gás natural no Brasil, por seu turno, busca atender os mercados industrial, comercial, residencial, automotivo, de co-geração e de termelétricas.

Além disso, no nosso caso, mais três observações merecem destaque: 67% da produção diz respeito ao chamado gás natural associado, ou seja: gás e petróleo que via de regra situam-se nos mesmos

campos e reservas; mais ainda, uma parte significativa da finalidade do gás produzido tem como objetivo complementar a produção da energia hidrelétrica, dada a sazonalidade e a variação desta última; por fim, do ponto de vista da distribuição do gás natural aos consumidores finais, a regulação é feita em âmbito estadual. Daí o papel preponderante da Petrobras, da Eletrobras e dos entes federativos nesse setor.

Enquanto a Petrobras detém boa parte dos gasodutos de transporte e é sócia de parte importante das distribuidoras de gás canalizado, a Eletrobras detém 114 termelétricas movidas a gás natural, óleo e carvão. Como cada estado dispõe de entes e regras específicas para a concessão do serviço, a regulação estadual acaba afetando de formas variadas o investimento e a tarifa.

Em 2012, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) realizou o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás. O estudo destacou a existência de diversas bacias de gás, associado ou não-associado ao petróleo. São elas: em terra, Amazonas, Paraná, Parnaíba, Santos e Tucano Sul; em mar, Ceará, Camamu-Almada, Espírito Santo-Mucuri, Potiguar e Sergipe-Alagoas.

À luz do novo zoneamento, em 2014, a Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) propôs o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário (Pemat). A partir desses dois instrumentos, o Ministério de Minas e Energia (MME) passou a propor a construção e a ampliação dos gasodutos brasileiros, estimulando estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental das diversas possibilidades de empreendimentos a serem realizados no setor.

Além disso, a política de gás tinha como objetivo articular essas novas iniciativas a um arcabouço regulatório baseado no modelo de partilha, no aumento da participação da União no gás produzido, na ampliação dos royalties e das participações especiais e pagamentos pela ocupação e retenção das áreas. Muito embora caiba destacar que a política de preços administrados da gasolina e da energia elétrica, por exemplo, tenha impactado negativamente as contas das estatais do setor de energia, o que acabou por estimular direta ou indiretamente a venda de ativos como a Gaspetro, que, em 2014, teve 49% das suas

participações vendidas para a japonesa Mitsui.

No entanto, o aprofundamento da crise econômica, política e institucional que desaguou na troca brusca de governo em 2016 substituiu de forma ainda mais contundente e acelerada a lógica do planejamento estratégico e do investimento de longo prazo pela dinâmica da desnacionalização desregrada e do desinvestimento curto-prazista, o que fica claro nas diretrizes do novo plano “Gás para Crescer”, onde os princípios de autossuficiência e sustentabilidade são substituídos pela priorização da atração de investidores externos e pela diversificação de agentes que atuam no setor. Somados a isso, o desmonte em curso da Petrobras e o desmanche anunciado da Eletrobras certamente têm trazido impactos problemáticos para o setor. Vejamos alguns deles.

No que se refere à Petrobras, a decisão de desinvestimentos apresentada no Plano de Negócios e Gestão 2017 -2021 (PNG) desde seu início tem afetado o setor de gás: a estatal Liquegás foi vendida para a concorrente Ultragás; 90% da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) foi vendida para a canadense Brookfield; foram também privatizados dois Terminais de Regaseificação: o da Bacia de Guanabara (RJ) e o da região de Pecém (CE).

Além disso, há estudos de viabilidade em andamento para a privatização da Nova Transportadora do Nordeste (NTN) e da Transportadora Brasileira do Gasoduto Brasil-Bolívia (TBG).

No que se refere à Eletrobras, há ainda muitas dúvidas com relação à privatização anunciada recentemente, mas é certo que tal pacote pode afetar parte das 114 térmicas abastecidas com gás natural, ainda que não esteja clara a própria viabilidade das vendas.

No que se refere aos estados, com exceção das distribuidoras do Rio de Janeiro (CEG e CEG-Rio) e de São Paulo (Comgás e Gás Natural Fenosa), todas as demais têm capital e controle estatal. Via de regra os governos estaduais detêm 51% das ações com direito a voto e o restante pertence ou à Gaspetro ou à Mitsui, além de contarem com a participação de diversos sócios minoritários.

No âmbito do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) do governo federal há ainda a indicação de que o BNDES deve financiar a privatização de

sete distribuidoras estaduais de gás natural: Copergás (PE), Gás Natural (ES), Sulgás (RS), SCGás (SC), MSGás (MS), PBGás (PB) e Potigás (RN), todas com leilões previstos para o terceiro trimestre de 2018. Entretanto, a instabilidade política e a aproximação do calendário eleitoral podem trazer recuos e reverses nas decisões de privatização dos governadores.

O clima de incerteza pode afetar um dos nossos maiores gasodutos, o Brasil-Bolívia. O Gasbol tem cerca de 3.150 km de extensão. No lado boliviano 557 km ligam o povoado de Rio Grande à Cidade de Porto Suarez. No lado brasileiro 2.593 km ligam a cidade de Corumbá (MS) à cidade de Canoas (RS), passando por Mato Grosso do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A possível privatização de distribuidoras estaduais no centro-sul somadas ao fim do contrato de fornecimento de gás natural pela Bolívia, que expira em 2019, pode trazer turbulências para o setor.

A despeito do setor de gás ser estratégico para o país, o desmonte segue acelerado. O governo Temer pretende levantar entre 2017 e 2018 21 bilhões de dólares com ativos vendidos da Petrobras e 20 bilhões de dólares com ativos vendidos da Eletrobras a fim de gerar caixa e cobrir um déficit público

estimado em cerca de 159 bilhões de reais no biênio 2017-2018, segundo o Banco Central do Brasil.

Tais medidas não necessariamente criam melhoria dos serviços para a população: do ponto de vista do preço, depois da privatização da Liquigás, só em setembro deste ano o gás de cozinha sofreu dois reajustes, de 12,2% e de 6,9%. Além disso, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) já anunciou o aumento de 3,3% a partir de novembro na tarifa de energia. Do ponto de vista da qualidade, também não há nenhuma garantia de melhora, vale registrar que nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde o serviço de gás já é privado, as companhias do setor figuram no topo do ranking de reclamações no Procon das duas cidades; do ponto de vista do emprego, somado aos reverses da já aprovada reforma trabalhista que entrou efetivamente em vigor em novembro passado, é muito improvável que haja melhoria e ampliação nos postos de trabalho, bem como na remuneração. Na Petrobras, onde a privatização já teve início, há uma queda de cerca de 5% no número de postos de trabalho. A desestatização e a desnacionalização do gás compõem mais um dos capítulos da conversão do patrimônio público em riqueza privada no Brasil atual.

INTERNACIONAL



Esta seção trata da substituição do secretário de Estado dos Estados Unidos, Rex Tillerson, do resultado das eleições parlamentares na Colômbia e da renúncia do presidente do Peru, Pedro Pablo Kuczynski, que estava sob nova ameaça de impeachment. Também analisa a reeleição de Vladimir Putin para a presidência da Rússia e a aprovação de um novo governo pelo Parlamento alemão

Estados Unidos

O presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, demitiu o secretário de Estado, Rex Tillerson, titular do órgão responsável pelas relações exteriores, pelo Twitter. O motivo não explicitado era a diferença de opinião dos dois sobre a condução da política externa, na qual Tillerson, na medida do possível, tentava conter o método impulsivo e intolerante de Trump nas relações internacionais. Por exemplo, ao defender o rompimento do acordo sobre a política nuclear do Irã, o que implicaria contrapor a União Europeia, a Rússia e a China que, na época do governo Obama, o negociaram e avaliaram. Tillerson vinha trabalhando com os europeus para mantê-lo de pé, apesar da opinião desfavorável de Trump. A última questão foi em relação à Coreia do Norte, pois enquanto o ex-secretário era a favor de negociações nos bastidores, sem dar publicidade a eventuais entendimentos, Trump tuitava ao vivo sobre um possível encontro com o líder Kim Jong un,

ao mesmo tempo que falava sobre a manutenção das sanções e adoção de medidas militares.

Para assumir o cargo vago, foi indicado o atual diretor da CIA, Mike Pompeo, membro do movimento conservador Tea Party e deputado pelo Kansas entre 2011 e janeiro de 2017. No lugar dele, pode assumir a primeira mulher a comandar a agência, Gina Haspel, que atualmente é sua vice-diretora. Ela se tornou conhecida por supervisionar torturas de supostos membros da Al-Qaeda numa prisão secreta administrada pela CIA, na Tailândia, na época do presidente George Bush. Sendo o novo secretário de Estado mais alinhado com as visões de Trump, o que podemos esperar é que os EUA fiquem ainda mais agressivos e imprudentes no cenário internacional, como na questão iraniana mencionada que Pompeo já criticava quando foi assinado por Barack Obama.

No entanto, ambos têm de ser aprovados pelo Congresso estadunidense, o que não deverá ser difícil graças à maioria republicana.

Colômbia

Nas eleições parlamentares realizadas na Colômbia em 11 de março, os partidos da direita foram vitoriosos, embora a esquerda, ainda que fragmentada, tenha avançado um pouco. Estas eleições também foram utilizadas como primárias para definir os candidatos de algumas coalizões, no caso da direita disputadas entre os postulantes dos partidos Centro Democrático (CD) do ex-presidente Álvaro Uribe e do Conservador, onde o escolhido foi Ivan Duque, do CD, com aproximadamente quatro milhões de votos. Na esquerda, houve também uma prévia entre o candidato da Aliança Verde, Gustavo Petro, e Carlos Caicedo, do Fuerza Ciudadana, ambos ex-prefeitos respectivamente das cidades de Bogotá e Santa Marta, vencida pelo primeiro, com quase três milhões de votos contra quinhentos mil.

No entanto, há previsões de que até oito candidatos presidenciais irão apresentar-se para disputar o primeiro turno em 27 de maio, dos quais os mais representativos da direita são Ivan Duque, do CD, e Germán Vargas Lleras, do Câmbio Radical. Pelo centro viria Humberto de la Calle, que foi o coordenador do governo colombiano nas negociações do acordo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) em Havana, pelo Partido Liberal. A esquerda vai apresentar-se dividida entre as candidaturas de Gustavo Petro, da Aliança Verde, e Sergio Fajardo, ex-governador do estado de Antioquia pelo Pólo Democrático Alternativo (PDA).

As 108 cadeiras do Senado foram disputadas por dezesseis partidos e coalizões e dez deles estarão representados na legislatura que será inaugurada em 20 de julho próximo. Destes, três partidos de direita somarão 53 senadores, os Liberais e o Partido da Unidade Nacional mais ao centro terão juntos 28 senadores e a esquerda somará 27 senadores, incluindo os cinco que caberão ao Força Alternativa Revolucionária do Comum (Farc), conforme definido nos Acordos de Havana, embora tenham obtido apenas cinquenta mil votos, o que não lhes daria nenhum assento. Este resultado foi importante, pois a soma dos votos da esquerda e do centro, em tese permitem, pelo menos, barrar retrocessos propostos pela direita nos acordos de paz, pois juntos somam 55 votos no Senado (50% mais um).

As 172 vagas na Câmara foram disputadas por 27 partidos ou coalizões onde catorze deles elegeram representantes. A direita elegeu 83 deputados, o centro elegeu sessenta, a esquerda dezenove - incluindo os cinco que cabem ao Farc - e algumas pequenas agremiações regionais ou independentes elegeram os deputados remanescentes.

Na Colômbia o voto não é obrigatório e a abstenção ficou em torno de 52%. O quadro resultante das prévias que ocorreram aponta para a realização de segundo turno nas eleições presidenciais, mas também mostra uma vantagem de saída para a direita que, na sua disputa interna, envolveu em torno de seis milhões de votos, enquanto a disputa entre Petro e Caicedo reuniu aproximadamente 3,5 milhões de votos. Ainda haverá dois meses de campanha eleitoral, mas um resultado progressista em um possível segundo turno entre Ivan Duque e Gustavo Petro, que este último chamou de disputa entre a “Colômbia da morte e a Colômbia da vida”, dependerá, por um lado, da unidade da esquerda e, por outro, da inclinação eleitoral do centro.

Peru

O presidente do Peru, Pedro Paulo Kuczynski, conhecido como PPK, renunciou ao mandato. Ele havia sido ameaçado mais uma vez com um *impeachment* no Congresso peruano devido a novas denúncias de recebimento de propinas da Empresa Odebrecht. Segundo o representante da empresa no Peru, Jorge Barata, a Odebrecht teria contribuído com 300 mil dólares oriundos de “caixa 2” para sua campanha eleitoral em 2011.

Em dezembro, ele se livrou de um primeiro processo de *impeachment*, acusado de mentir ao negar ter recebido dinheiro da Odebrecht quando era ministro do presidente Alejandro Toledo (2001 a 2006). Para evitar os 87 votos necessários para destituí-lo, negociou com um setor do Partido Fuerza Popular, liderado por Kenji Fujimori, irmão da candidata derrotada por PPK em 2016, Keiko Fujimori, e concedeu um indulto ao ex-presidente Alberto Fujimori, pai dos dois, por “razões humanitárias”. Este foi condenado a longas penas de prisão por corrupção, conspiração e violações de direitos humanos. Kenji e os

nove parlamentares que acompanharam seu voto foram expulsos do partido pela irmã dele agora no início de 2018.

Na recente votação do Congresso peruano que decidiu sobre a abertura do novo processo de impeachment houve 87 votos à favor, quinze contra e quinze abstenções. Alguns deputados que haviam votado contra o impeachment em dezembro agora votaram favoravelmente à abertura do processo, embora em princípio bastasse ao presidente reverter apenas um dos votos favoráveis.

Ele bem que tentou, porém, vídeos onde PPK, ministros e Kenji tentavam convencer alguns deputados do Fuerza Popular a não condená-lo em troca de obras públicas e desvios de recursos para seus mandatos foram divulgados por Keiko. Isso complicou sua situação, e ele decidiu, em 21 de março, apresentar a renúncia a seu mandato.

O empenho de Keiko Fujimori e do Fuerza Popular para destituí-lo é intenso, pois ela avalia que a destituição de Pedro Pablo Kuczynski pode abrir o caminho para antecipar as eleições e ela assumir a presidência do país mais cedo ou mais tarde, uma vez que em 2016 perdeu para ele no segundo turno por apenas cinquenta mil votos. Resta ver qual será a postura do primeiro vice, Martín Vizcarra, do mesmo partido do presidente, Peruanos por el Kambio, que hoje exerce o cargo de embaixador do Peru no Canadá e que institucionalmente seria o substituto de PPK.

O mais irônico nesta situação é que está agendada a 8ª Cúpula de Chefes de Estado das Américas para ocorrer em Lima, no Peru em 13 e 14 de abril, da qual o tema é “Governabilidade Democrática frente à Corrupção”.

Rússia

Na eleição para a presidência da Rússia, ocorrida em 18 de março, Vladimir Putin reelegeu-se com mais de 70% dos votos válidos de um comparecimento de 67% do eleitorado. Sua primeira eleição foi em 1999 e, a partir de 2000, governou por dois mandatos de quatro anos, pois foi reeleito em 2004. Em 2012 candidatou-se novamente e obteve seu terceiro mandato. Com o novo mandato que acabou

de conquistar poderá governar até 2024, ou seja, terá ficado então vinte anos na presidência, além de exercer a função de primeiro-ministro no interregno de 2008 a 2012, quando o presidente eleito com seu apoio foi Dmitri Medvedev.

Nenhum candidato chegou a ameaçar sua atual vitória, pois o segundo colocado, Pavel Grudinin, do Partido Comunista, obteve cerca de 11% dos votos, e Vladimir Jirinovski, candidato de extrema direita do Partido Liberal Democrático, alcançou 5,7%. Os outros cinco candidatos obtiveram menos de 2% dos votos cada um.

Embora exerça um governo de fortes traços autocráticos e favorável ao setor privado, Putin é reconhecido pela população por recuperar a Rússia da crise econômica e social que se instalou após a queda do regime do socialismo real. Ao longo de seus governos a economia cresceu, assim como a capacidade de consumo da população. Ele também investiu na recuperação do poderio militar do país e resgatou o orgulho nacionalista russo ao frear as tentativas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) de se aproximar demasiadamente de suas fronteiras, além de demonstrar sua capacidade de intervir militarmente no exterior, como no caso da Síria, bem como recuperar a influência russa em foros internacionais como o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Alemanha

O Parlamento alemão aprovou por 364 votos favoráveis dos seus 709 membros o “Bundestag”, em 14 de março, a nova composição de governo da “Grande Aliança” formada pelos partidos CDU/CSU e SPD, a ser liderada pela chanceler Angela Merkel. Foram seis meses de negociações de duas diferentes coalizões possíveis, inicialmente do CDU/CSU com os partidos Verde e Liberal, a “Coalizão Jamaica”, que não prosperou. E, a partir do início do ano, as negociações com o Partido Social Democrata (SPD) que, ao final das eleições, em setembro de 2017, havia anunciado que não comporia um novo governo com a Chanceler.

No entanto, após um intenso debate no interior do SPD, quando vários aspectos foram considerados, tais

como a possibilidade de um acordo mais favorável do que nas duas “Grandes Alianças” anteriores com o CDU/CSU (2005 a 2009 e 2013 a 2017), a inclusão de algumas políticas sociais no acordo, a preocupação com os rumos da União Europeia em crise com o Brexit e o crescimento dos votos antiintegração em diversas eleições no continente europeu, entre outros argumentos, levaram os membros do partido tanto a autorizar a participação nas negociações quanto a aprovar seu resultado com o voto favorável de aproximadamente dois terços dos filiados.

No entanto, o processo não se desenvolveu sem polêmicas internas. A organização da juventude do SPD (Juso) era contrária a negociar uma nova coalizão. O ex-presidente do Partido, Sigmar Gabriel, que foi ministro das Relações Exteriores durante a coalizão que terminou agora e foi substituído na liderança do SPD pelo eurodeputado, Martin Schulz para conduzir a campanha eleitoral, acusou este último de “faltar com a palavra” quando começou a defender as negociações e, depois, ao se propor a ocupar o cargo ministerial de Gabriel quando elas terminaram. Ao final, nenhum dos dois ficou nesta função. Na votação do Parlamento, em 14 de março,

35 deputados da nova coalizão não votaram a favor, talvez por discordar do acordo.

O SPD ocupará seis ministérios no novo governo. O de Finanças, com o atual presidente do partido e ex-prefeito de Hamburgo, Olaf Scholz; o atual ministro da Justiça, Heiko Mass, assumirá as Relações Exteriores e será substituído no cargo por Katarina Barkley; Hubertus Heil assumirá a pasta do Trabalho e Assuntos Sociais; Franziska Giffey será a ministra da Família; e Svenja Schulze assumirá o Meio Ambiente. Além destes, haverá nomeações também de vice-ministros e outros cargos federais em escalões menores.

Apesar de uma negociação que, na opinião de alguns membros do CDU/CSU, foi generosa demais com o SPD, permanece a dúvida sobre os possíveis efeitos de um terceiro governo de coalizão sobre a popularidade e representatividade do Partido Social Democrata, cujos votos vêm decaindo desde que terminou o governo Helmut Schroeder, em 2005, que coligou o SPD com o Partido Verde na Aliança Verde-Vermelha até chegar a 20,5% dos votos, em 2017, o percentual mais baixo desde a primeira eleição depois da Segunda Guerra Mundial.

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



A seção de Política e Opinião Pública deste mês analisa as pré-candidaturas à presidência e o reordenamento das forças políticas na Câmara dos Deputados gerados a partir da janela partidária. Também aborda as pesquisas de opinião, com destaque para os dados mais recentes de intenção de voto, rejeição, avaliação de governo, percepção sobre o caso Lula e apoio à intervenção no Rio de Janeiro. Por fim, trata da execução da vereadora Marielle Franco, do PSol-RJ.

Pré-candidaturas à presidência e reconfigurações

A quase seis meses das eleições gerais de 2018 e com a abertura da janela partidária, período no qual deputados federais e estaduais podem mudar de partido sem perder o mandato, no dia 7 de março, o lançamento de pré-candidaturas à presidência e a troca de partidos geraram algumas mudanças nas forças políticas no Congresso Nacional. Buscando maior independência ou poder de barganha diante de um governo mal avaliado e antipopular, diversas pré-candidaturas esboçam uma disputa dentro do campo político do centro e da direita. Já pela esquerda a fragmentação é menor, porém, também existe em meio à perseguição jurídica que tenta tirar o ex-presidente Lula, líder absoluto das pesquisas, das eleições deste ano.

Dentro do campo que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, lançaram-se pré-candidatos o presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ), o governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB-SP) e podem

se lançar o próprio presidente Michel Temer (MDB-SP) ou o ministro da Fazenda Henrique Meirelles, que está no PSD mas não descarta se filiar ao MDB. Figuras de menor destaque dentro do núcleo golpista também se lançaram, como o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Paulo Rabello de Castro (PSC-RJ), o deputado Jair Bolsonaro (PSL-RJ), o empresário João Amoedo (Novo-RJ), os senadores Alvaro Dias (Podemos-PR) e Fernando Collor (PTC-AL). Também é pré-candidata Marina Silva (Rede-AC), que apoiou Aécio Neves no segundo turno das eleições de 2014 e foi favorável ao golpe. Apoiado pelo MBL, o empresário Flávio Rocha pode se lançar pelo PRB, partido do prefeito carioca Marcelo Crivella. Rocha é conhecido por fortes declarações em defesa do Estado mínimo, apesar do empréstimo de 1,4 bilhão de reais que fez junto ao BNDES, e por denúncias de trabalho escravo em suas empresas. O PSB chegou a flertar com o ex-presidente do STF Joaquim Barbosa para as eleições presiden-

ciais, mas ainda nada foi definido.

Tal fragmentação influencia as trocas partidárias que começaram em 7 de março. O PSL se destaca como um dos partidos que mais recebeu novos deputados: após a filiação de Bolsonaro, já chegaram a oito os que migraram para a legenda.

O MDB é o partido que mais perdeu deputados: até o fechamento deste boletim, sete haviam deixado o partido, cinco destes do Rio de Janeiro. O DEM ganhou sete deputados, sendo quatro no Rio de Janeiro. As mudanças impactam na base aliada do governo Temer, que diminui desde a votação da segunda denúncia contra o presidente. Após o início do ano legislativo, o Planalto chegou a admitir que trabalhará com uma conta conservadora em relação a quantos parlamentares pode contar. A disputa de poder nas pré-candidaturas ou por mais espaço dentro das coalizões e do governo podem dificultar a articulação do Planalto com o Legislativo.

O PT perdeu os deputados Givaldo Vieira (ES) e Chico D'Angelo (RJ), para o PCdoB e PDT, respectivamente, e filiou o ex-ministro Celso Pansera, que deixou o MDB fluminense. O PSB perdeu três deputados, e filiou outros dois que eram da Rede, Alessandro Molon (RJ) e Aliel Machado (PR). As pré-candidaturas de esquerda até o momento são a do ex-presidente Lula (PT), que lidera as pesquisas, Ciro Gomes (PDT-CE), Guilherme Boulos (PSol-SP), que já indicou como vice a líder indígena Sônia Guajajara (PSol-MA), e Manuela D'Ávila (PCdoB-RS).

Lula segue liderando as pesquisas

Apesar do registro da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva depender da decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de enquadrá-lo ou não na Lei Ficha Limpa e da decisão da Justiça Eleitoral de impedi-lo de disputar a eleição, Lula permanece líder nas pesquisas de intenção de voto.

A pesquisa CNT/MDA, realizada de 28 de fevereiro a 3 de março de 2018 e divulgada no dia 6, mostrou o ex-presidente em primeiro lugar, com 33,4% das intenções de voto. Em segundo lugar, com larga distância, aparece o deputado Jair Bolsonaro (PSL), com 16,8%, seguido por Marina Silva (Rede), com 7,8%, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin

(PSDB) com 6,4% e Ciro Gomes (PDT), com 4,3%, disputando a terceira colocação.

Mais abaixo, Álvaro Dias (Podemos) possui 3,3% das intenções de voto e Fernando Collor (PTC) 1,2%. A pesquisa também investigou a intenção de voto em Michel Temer, que obteve apenas 0,9%, seguido por Manuela D'Ávila (PCdoB), com 0,7%, e Rodrigo Maia (DEM-RJ), com 0,6%. Os votos brancos e nulos chegam a 18,2%, e 6,4% ainda não sabem em quem votar.

Excluída a possibilidade de voto em Lula, ninguém se destaca. Bolsonaro passa de 16,8% para 20%, Marina Silva vai de 7,8% para 12,8%. Alckmin passa de 6,4% para 8,6% e Ciro Gomes sobe de 4,3% para 8,1%. Fernando Haddad, outro candidato petista testado na pesquisa, chega a 2,9%. Sem a opção Lula, os votos em branco e nulo aumentam de 18,2% para 28,2% e os de quem não sabe em quem votar crescem de 6,4% para 10,5%. O alto percentual de votos brancos, nulos e indecisos aponta que sem Lula cria-se um vácuo na opinião pública, que não adere a nenhum outro nome.

A possibilidade de o ex-presidente Lula participar do processo eleitoral ainda é incerta. Caso participe sua vitória é provável e, do contrário, seu apoio será decisivo para qualquer candidatura: 16,4% votariam em qualquer candidato indicado por Lula e 26,4% poderiam votar dependendo do candidato.

As simulações de segundo turno indicam que o ex-presidente Lula venceria qualquer candidato adversário. Contra Bolsonaro, por 44,1% a 25,8%; contra Marina, por 43,8% a 20,3%; contra Alckmin, por 44,5% a 22,5%. Considerando apenas os votos válidos, o ex-presidente alcançaria mais de 60% dos votos válidos em todas as simulações: 68,3% dos votos válidos contra a candidata Marina Silva (31,7%); 66,4% contra Alckmin (33,6%) e 63,1% contra Jair Bolsonaro (36,9%).

Lula também é o candidato com menor rejeição: 46,7% não votariam no ex-presidente de jeito nenhum, enquanto a taxa de rejeição de Bolsonaro é de 50,4%, a de Alckmin 50,7% e a de Marina 53,9%. A rejeição atual do deputado federal Rodrigo Maia é de 55,8% enquanto 88% do eleitorado afirma que não votaria em Temer de jeito nenhum.

Apesar de 52,1% dos entrevistados concordarem com a frase “o ex-presidente Lula deveria ter sido condenado pelas denúncias no julgamento ocorrido no último dia 24 de janeiro sobre o apartamento triplex no Guarujá” e 52,5% concordarem com “o ex-presidente Lula não deveria disputar as eleições presidenciais deste ano”, outros 43,4% defendem que “ele deveria disputar, mesmo tendo sido condenado”.

A percepção negativa sobre o governo Michel Temer permanece tanto na avaliação de seu governo, considerado ruim ou péssimo por 73,3% dos entrevistados, regular para 20,3% e positivo para apenas 4,3%, quanto em relação à aprovação do seu desempenho pessoal: é desaprovado por 83,6%, contra 10,3% de aprovação. No que diz respeito à economia, para a maior parte dos brasileiros (65,4%) o país permanece em crise econômica e 28,6% consideram que começa a sair da crise. Sentem-se mais otimistas sobre a geração de novas vagas de emprego no Brasil 46,5%, enquanto outros 38,3% sentem-se mais pessimistas.

A pesquisa também avaliou a intervenção federal na área de segurança do Rio de Janeiro. A maioria da população (69%) se disse favorável à intervenção federal e considera a decisão correta enquanto 12,3% consideram a decisão incorreta. Apenas 13%, confiam que a intervenção federal resolverá totalmente o problema da violência na capital fluminense, 49,1% acreditam que a intervenção federal vai resolver apenas parcialmente o problema da segurança no Rio, 22,5% acham que a violência no Rio de Janeiro continuará do mesmo jeito e 7,2% consideram que a medida vai agravar o problema. Para 37,4%, a expectativa para os próximos seis meses é de que a segurança pública vai piorar: 35,7% pensam que ficará igual e 35,3% acreditam que vai melhorar. Ainda assim, 62,8% aprovam a criação do Ministério da Segurança Pública. Os dados, no entanto, foram coletados no dia 3 de março, antes da execução da vereadora Marielle Franco, fato que com certeza pode mudar tais números.

Execução de Marielle Franco choca o Brasil

Menos de um mês após a intervenção federal na área de Segurança Pública do Rio de Janeiro, uma cruel execução abala a opinião pública. A vereadora do PSol Marielle Franco e seu motorista Anderson

Pedro Gomes foram mortos a tiros, por volta das 21h30, do último dia 14, depois de terem deixado o local do evento “Jovens Negras Movendo as Estruturas” (leia mais em Comunicação, página 27, e Movimentos Sociais, página 31).

Marielle era crítica à intervenção na segurança pública. Denunciou o aumento da violência policial nas favelas e seria relatora da comissão da Câmara de Vereadores do Rio criada para acompanhar a atuação da polícia responsável pela intervenção. Sua execução desafia frontalmente a medida adotada por Temer e levanta dúvidas sobre a capacidade de a intervenção solucionar os problemas relacionados à violência. As forças militares da intervenção estão há mais de um mês na cidade e, frente a um crime como a execução de Marielle, ainda não apresentaram resultados.

Sabe-se que os disparos contra o veículo onde estava a vereadora foram feitos por armas calibre 9 mm, de uso exclusivo da polícia e das Forças Armadas, e são de um lote vendido pela fábrica CBC para a Polícia Federal de Brasília, em 2006, as mesmas utilizadas na chacina de Osasco, a maior do Estado de São Paulo, que ocorreu em 2015 e deixou 23 mortos. Outros lotes da mesma munição foram utilizados em crimes cometidos em Osasco, Barueri, Itapevi e Carapicuíba. À época, três PMs de São Paulo e um guarda municipal foram condenados por crime motivado por retaliação aos assassinatos de um policial militar e um guarda.

Pelo tipo de arma e precisão dos disparos, a execução foi feita por algum grupo da Polícia Militar do Rio, sabidamente envolvida em corrupção, ou por membros de alguma milícia, igualmente integrada por policiais ou ex-policiais. Raquel Dodge, Procuradora Geral da República, pediu que as investigações passassem ao âmbito da Polícia Federal, em clara demonstração de que não é possível confiar na polícia do estado.

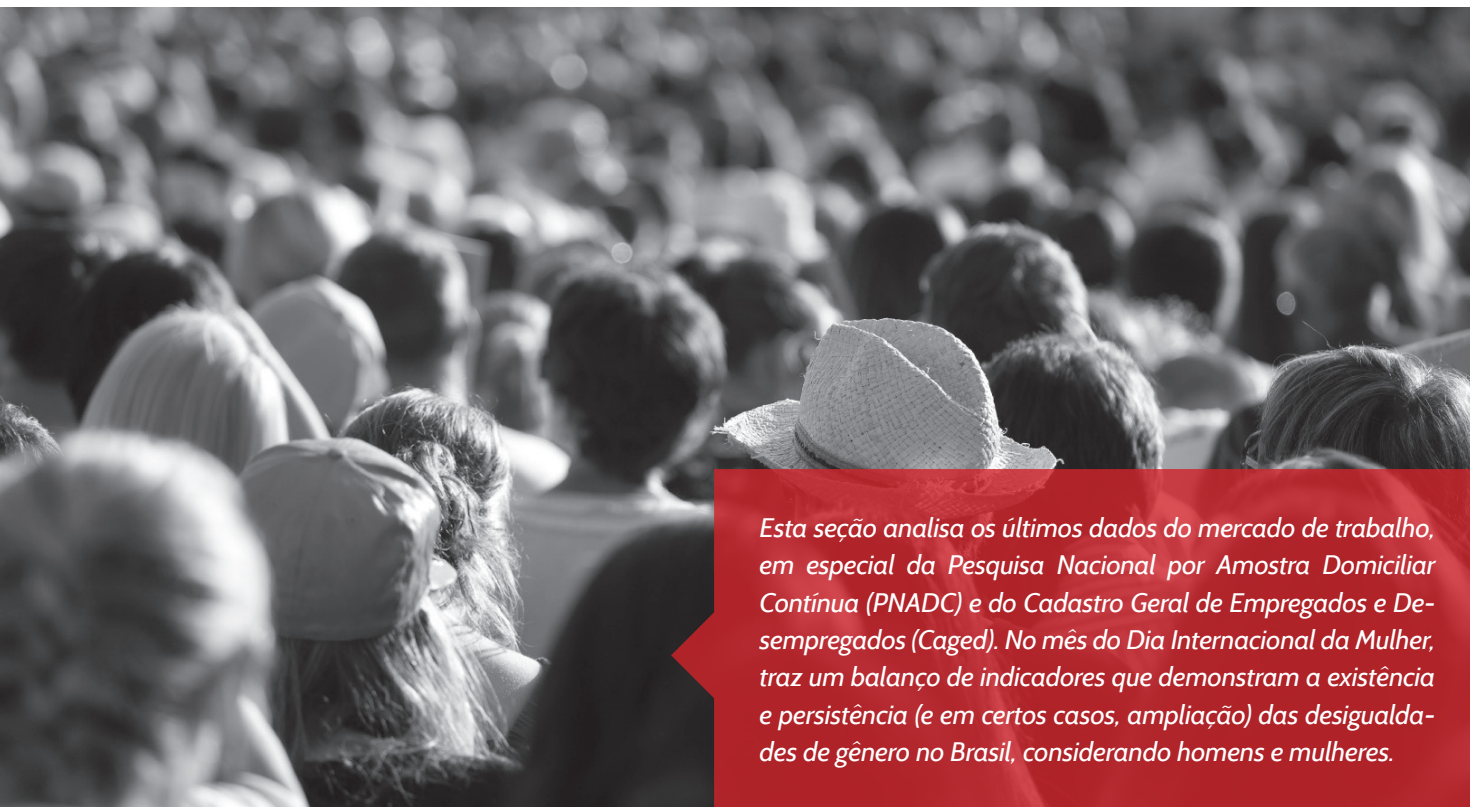
A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) instituiu em caráter de urgência um grupo parlamentar para acompanhar as investigações, coordenado pelo deputado Chico Alencar (PSol-RJ) e composto por Benedita da Silva (PT), Glauber Braga (PSol) e Wadih Damous (PT). A Comissão Interamericana de Direitos

Humanos (CIDH) manifestou preocupação sobre possíveis riscos de violações dos direitos humanos em decorrência da intervenção federal e pede investigação paralela.

A execução da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes faz parte de uma políti-

ca de extermínio das populações jovens negras e pobres do país e os assassinos estão acostumados com a impunidade do estado. O ex-presidente Lula disse que o assassinato de Marielle Franco representa mais um golpe na democracia e no Estado de direito do país.

SOCIAL



Esta seção analisa os últimos dados do mercado de trabalho, em especial da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua (PNADC) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). No mês do Dia Internacional da Mulher, traz um balanço de indicadores que demonstram a existência e persistência (e em certos casos, ampliação) das desigualdades de gênero no Brasil, considerando homens e mulheres.

Mercado de trabalho: últimos dados

O governo tem alardeado uma recuperação econômica e do mercado de trabalho que efetivamente não é sentida pelos brasileiros. Nessa seção, apresentamos e problematizamos alguns dos dados mais recentes do mercado de trabalho.

Os últimos dados do Caged mostram que no mês de janeiro o Brasil teve saldo positivo de empregos celetistas, naquele que foi alardeado pela imprensa como o melhor janeiro nos últimos seis anos: desde a crise, ou seja, nos anos de 2015, 2016 e 2017, o saldo do Caged para os meses de janeiro foi negativo. Em 2018, o resultado positivo foi puxado pela Indústria de Transformação em primeiro lugar (em especial com a indústria de calçados e têxtil), seguida de serviços, agropecuária e construção civil. Com resultado negativo, do outro lado, está o comércio, com maior perda no comércio varejista. Entre as Unidades da Federação que mais criaram empregos celetistas estão São Paulo, seguido do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e Minas Gerais.

Os últimos resultados da PNADC mostram uma

taxa de desocupação de 12,2% no trimestre de novembro de 2017 a janeiro de 2018, estável em relação ao trimestre anterior e menor que no mesmo trimestre do ano anterior. No entanto, apesar da redução na taxa de desocupação nos últimos meses, ela continua muito alta e em níveis bem maiores do que antes da crise – hoje 12,7 milhões de brasileiros compõem o índice de desocupados. Também, a redução da taxa de desocupação tem sido puxada por uma ampliação da informalidade, com aumento dos empregos sem carteira, por conta própria e emprego doméstico, indicando um aumento da informalidade na economia brasileira, a partir dos dados da PNADC. Também é preciso notar que com a ampliação do conceito de formalidade, que ocorre com a Reforma Trabalhista, empregos antes à margem da lei como a contratação intermitente (em que há alternância entre períodos de prestação de serviço e de inatividade) passam a ser considerados formais, apesar de não deixarem de ser, objetivamente, precarizados. Outro aspecto que precisa ser apontado é o nível da taxa de subutilização (que agrega os desocupados, os subocupados por insuficiência de horas e os que fazem parte da for-

ça de trabalho potencial), que chegou em 2017 aos níveis mais altos da série histórica: fechou 2017 em 23,8%, após ter alcançado 20,9% em 2016, 17,2% em 2015 e 15% em 2014. Em números absolutos, isso significa que 26,4 milhões de brasileiros estão desocupados, trabalham menos horas do que gostariam ou desistiram de procurar emprego.

Desigualdade de gênero no Brasil

A discussão sobre a desigualdade de gênero no Brasil, em pleno mês em que se celebra o Dia Internacional da Mulher, chegou a outro patamar após a execução de Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes. Marielle, apontada como sendo o alvo principal do crime, foi silenciada por sua militância pela defesa dos direitos humanos, com enfoque na população negra, periférica e nas mulheres, em um contexto mais amplo de acirramento da hostilidade contra lideranças populares, pelo crescimento do conservadorismo e pelos efeitos da crise econômica.

Diversas pesquisas foram divulgadas neste mês apontando as desigualdades de gênero em vários aspectos no país e como estas são entraves para o pleno desenvolvimento das mulheres no Brasil hoje. Abaixo citamos alguns exemplos.

Trabalho doméstico e mercado de trabalho

Dados divulgados pelo IBGE mostram que a desigualdade de gênero continua a se refletir na repartição do trabalho doméstico: em 2016, as mulheres gastaram quase duas vezes mais tempo por semana com cuidados de pessoas e afazeres domésticos do que os homens no Brasil. Enquanto os homens gastaram em média 10,5 horas por semana com tais atividades, as mulheres gastaram 18,1 horas semanais.

Tal diferença tem ainda um viés racial: mulheres brancas gastaram 17,7 horas semanais com cuidados de pessoas e afazeres domésticos e as mulheres negras gastaram 18,6 horas. Já os homens brancos gastaram 10,4 horas semanais e os homens negros 10,6 horas semanais.

Essa desigualdade na divisão do trabalho por gê-

nero leva as mulheres brasileiras a exercerem dupla jornada, conciliando o trabalho doméstico não remunerado ao trabalho remunerado, o que faz com que dediquem menos horas ao trabalho remunerado. Esta é uma das razões também para os menores rendimentos femininos no mercado de trabalho. Segundo o IBGE, em 2016, o rendimento médio mensal de uma mulher foi de 1.764 reais, enquanto o rendimento médio mensal de um homem foi de 2.306 reais.

A desigualdade de gênero se reflete de maneira estrutural no Brasil em posições de gerência, nas quais as mulheres continuam a enfrentar barreiras. No Brasil também há muito o que avançar: levantamento recente do jornal *O Globo* revela que a chance de mulheres chegarem à presidência de estatais no Brasil é igual a de homens chamados Paulo ou Ricardo: das 79 estatais brasileiras, somente quatro são presididas por mulheres. Essa questão é ainda mais grave se considerarmos que as mulheres apresentam índices de escolaridade mais altos do que os homens, mas rendimentos menores, seja pelo preconceito/machismo que as impede de galgar posições melhores remuneradas, seja pela necessidade de conciliar trabalho remunerado e doméstico, o que acaba por interferir nas chances de ascensão profissional.

Mas, desde o início da crise do mercado de trabalho, no começo de 2015, diversos fatores que ampliam as desigualdades de gênero no mercado de trabalho têm se agravado. Em especial, ampliou-se o hiato entre a taxa de desocupação masculina e a feminina no Brasil. Historicamente, as taxas de desocupação femininas são mais altas do que as masculinas, mas durante os anos 2000 tal hiato vinha diminuindo. Por exemplo, no quarto trimestre de 2013, essa diferença era de 2,5 pontos percentuais, caindo a 2,1 pontos percentuais no quarto trimestre de 2014. Após o início da crise, no quarto trimestre de 2015, esse hiato foi de 2,9 pontos percentuais e se manteve na faixa de três pontos percentuais nos anos seguintes. A título de referência, no quarto trimestre de 2014 a taxa de desocupação da população em geral foi de 6,5%, passando para 9% no quarto trimestre do ano seguinte. Tal indicador é apenas um

dos indícios que apontam para o fato de que, com a crise do mercado de trabalho iniciada em 2015, as mulheres foram as mais prejudicadas.

Desigualdade na representação política

Publicação do IBGE mostra que o Brasil ocupa a 152ª posição entre 190 países quanto à proporção de parlamentares mulheres (equivalente aos nossos deputados federais), a partir de dados da Inter-Parliamentary Union (IPU). O relatório mostra que foi o pior resultado entre os países da América do Sul.

No Brasil, a representação das mulheres alcança 10,5%, sendo a média mundial de 23,6%. No Senado, as mulheres são somente 16% entre os senadores.

O relatório também aponta que em 13 de dezembro de 2017, dos 28 ministros de Estado somente duas eram mulheres: Luislinda Valois, ministra de Direitos Humanos, e Grace Maria Fernandes Mendonça, Advogada-Geral da União. No entanto, a primeira já não é ministra dos Direitos Humanos.

Pesquisas também têm apontado a existência de “candidatas-laranja”, que seriam candidatas que se postulam para que os partidos consigam cumprir a cota para uma maior paridade de gênero, mas diversas dessas candidatas não alcançam sequer um voto.

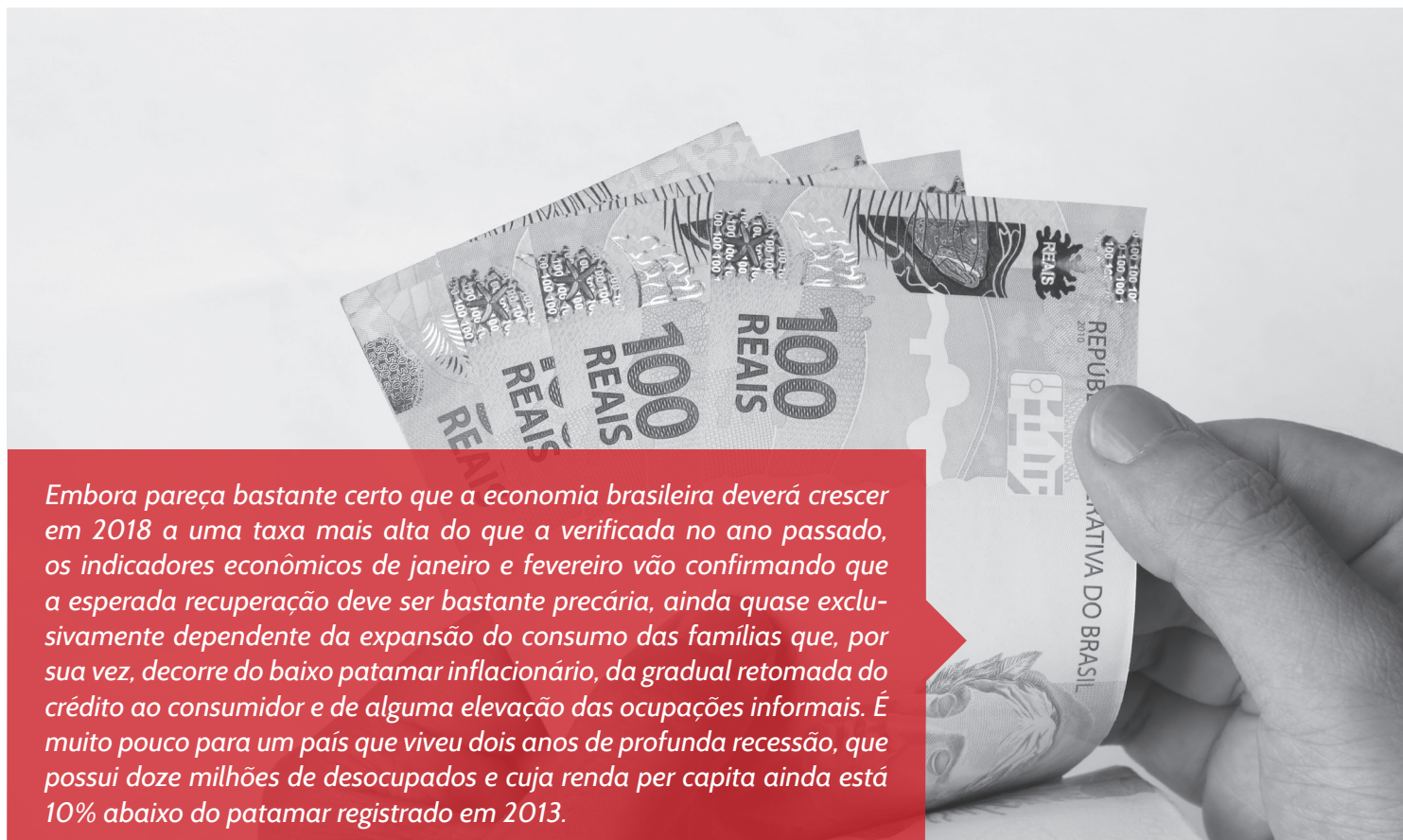
Feminicídio

Dados do Mapa da Violência estimam que, para o ano de 2013, 2.394 mulheres morreram vítimas de familiares, ou 6,5 mulheres por dia; e 1.583 mulheres morreram nesse mesmo ano vítimas de parceiros ou ex-parceiros, ou quatro mulheres por dia. Tais crimes são classificados, em termos gerais, como feminicídio, por ser o caso quando a agressão envolve violência doméstica e familiar, ou quando evidencia menosprezo ou discriminação à condição de mulher. O Mapa da Violência considera como feminicídio agressões contra uma pessoa do sexo feminino em seu âmbito familiar que, de forma intencional, causam lesões ou agravos à saúde que levam à sua morte.

As taxas de homicídio femininas são mais baixas que as masculinas. Os dados mostram que, a partir de um recorte de raça, gênero e idade, a população com taxas de homicídio mais altas são jovens negros do sexo masculino. No entanto, a violência sofrida pelas mulheres por seus parceiros e familiares, e que caracteriza o feminicídio, precisa ser combatida com políticas públicas específicas.

Todos esses aspectos exemplificam a permanência das desigualdades de gênero no Brasil, cujo combate tem sido minimizado em tempos de um golpe de Estado misógeno, que retira do poder público recursos e instrumentos para o combate a essas desigualdades.

ECONOMIA



Embora pareça bastante certo que a economia brasileira deverá crescer em 2018 a uma taxa mais alta do que a verificada no ano passado, os indicadores econômicos de janeiro e fevereiro vão confirmando que a esperada recuperação deve ser bastante precária, ainda quase exclusivamente dependente da expansão do consumo das famílias que, por sua vez, decorre do baixo patamar inflacionário, da gradual retomada do crédito ao consumidor e de alguma elevação das ocupações informais. É muito pouco para um país que viveu dois anos de profunda recessão, que possui doze milhões de desocupados e cuja renda per capita ainda está 10% abaixo do patamar registrado em 2013.

Nível de Atividade

Depois de ter apontado uma tendência de elevação no final de 2017 (crescimento de 1,16% em dezembro), o indicador antecedente do Banco Central (IBC-Br) registrou uma queda inesperada no mês de janeiro (-0,56%), lançando nuvens cinzentas sobre o cenário de retomada que vinha animando a maior parte das previsões para 2018. A não ser pela expansão percebida no volume de vendas no comércio varejista (+0,9%) - que re-

fletem ainda uma trajetória de expansão do consumo das famílias -, no mês de janeiro de 2018 os demais setores de atividade apresentaram reversões razoavelmente fortes nas tendências de crescimento que tinham sido verificadas nos últimos meses de 2017.

O mesmo revelam os últimos números divulgados pelas pesquisas mensais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como mostra a tabela a seguir.

INDICADORES DE ATIVIDADE - Janeiro de 2018

	Comércio Varejista ¹	Serviços ²	Produção Industrial ³
Varição Jan/Dez*	0,9	-1,9	-2,4
Varição Jan2018/Jan2017	3,2	-1,3	5,7
Acumulado 12 meses	2,5	-2,7	2,8

Fontes: (1) PMC/IBGE; (2) PMS/IBGE; (3) PIM/IBGE

(*) Com ajuste sazonal

Nas atividades de serviços, por exemplo, no cálculo mensal sem influências sazonais, registrou-se em janeiro uma aguda retração de 1,9% na comparação com o mês imediatamente anterior, quando o mesmo indicador mensal tinha assinado uma elevação de 1,5%. Ou seja, o resultado de janeiro mais do que compensou a expansão de dezembro, demonstrando que este setor de atividade – que responde pelo maior volume de empregos no país – segue em tendência cadente pelo quarto ano seguido.

No acumulado dos doze meses encerrados em janeiro de 2018, a contração dos serviços chegou a 2,7%, especialmente influenciada pela queda no volume das atividades relacionadas ao setor corporativo: *serviços de informação e comunicação* (-2,4%); *serviços profissionais, administrativos e complementares* (-7%) e *outros serviços* (-8,3%).

Além disso, outro dado mensal preocupante veio da produção industrial. Depois de registrar um salto bastante expressivo em dezembro (+3%), observou-se um importante recuo da produção da Indústria Geral na passagem para janeiro, com queda de 2,4% – considerando apenas a Indústria de Transformação, a queda foi ainda mais aguda, chegando a 2,8% no mês. De acordo com a análise do professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) David Kupfer (*Valor Econômico*, 12/03/2018), a forte oscilação desses números entre dezembro e janeiro deve ser entendida como reflexo estatístico do que se observou na produção de veículos automotores na passagem do ano. Por conta do fim da vigência de estímulos tributários vinculados ao programa *Inovar Auto*, houve uma intensificação atípica da produção de veículos no último mês de dezembro – o que explicaria o crescimento excepcional de 9,6% – e, conseqüentemente, uma drástica redução no primeiro mês de 2018 (-7,2%). Como o setor automotivo tem um peso muito grande na produção industrial brasileira e grande encadeamento com outras atividades industriais, os resultados de dezembro acabaram inflando os dados da indústria como um todo no final de 2018, dando a falsa impressão de que o setor estava iniciando uma trajetória de crescimento mais consistente.

Contas Públicas

Na medida em que observamos uma lenta recuperação do consumo das famílias, as receitas tributárias também vêm avançando nos últimos meses, visto que a arrecadação fiscal apresenta grande sensibilidade em relação a esse componente da demanda agregada. Como também pelo lado das despesas tem-se observado uma redução dos gastos com os juros da dívida pública – em decorrência da queda da taxa Selic –, em janeiro foram alcançados superávits tanto em termos nominais (18,6 bilhões de reais) quanto primário (46,9 bilhões de reais).

Com isso, o Ministério da Fazenda anunciou em março uma nova previsão de déficit primário para 2018, que agora foi fixada em 139 bilhões de reais, ou seja, vinte bilhões abaixo da meta original. Esse quadro, entretanto, embora traga algum alívio para o governo em relação à execução fiscal no exercício de 2018 – evitando por hora o descumprimento da “regra de ouro” –, deve ser considerado ainda como bastante grave, uma vez que o colapso das finanças públicas só não se explicitou com maior profundidade até o momento por conta das receitas extraordinárias conquistadas de forma duvidosa pelo governo Temer. Entre outras, cabe mencionar a descapitalização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os programas de refinanciamento de dívidas tributárias e os leilões de reservas estratégicas do pré-sal.

Comércio Exterior

O Brasil segue registrando saldos comerciais positivos neste início de 2018, porém com tendência de queda ao longo do ano. Como se pode observar no quadro abaixo, enquanto as exportações cresceram 12,9% nos primeiros dois meses de 2018 em comparação ao mesmo período do ano passado, as importações avançaram ainda mais, 15,1%, sinalizando que à medida em que a economia volte a crescer o saldo comercial deverá se estreitar – estima-se que em 2018 deveremos ter uma retração do saldo comercial da ordem de quinze bilhões de dólares, de modo que o saldo fique em torno de cinquenta bilhões de dólares.

Resultado do Comércio Exterior - Primeiro bimestre de 2018

	Acumulado no primeiro bimestre de 2018 (em U\$ bilhões)					Var. Relativa 2018/2017 (%)				
	Total	Básicos	Semimanuf.	Manufat.	Oper. Esp.	Total	Básicos	Semimanuf.	Manufat.	Oper. Esp.
Exportações	34,3	14,4	48,7	14,2	0,9	12,9	1,4	1,4	32,9	16,1
Importações	26,6	28,1	11,0	22,7	-	15,1	10,9	20,7	15,4	-

Fonte: Min. da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Além disso, outra característica da dinâmica do comércio exterior que deve ser destacada dos números deste início de ano é a ligeira mudança observada tanto na pauta de exportação quanto de importação. No comparativo com o mesmo período do ano anterior houve uma expansão de 32,9% das exportações de bens manufaturados, enquanto produtos básicos e semimanufaturados cresceram ambos à taxa de 1,4%, resultando, portanto, em uma melhora qualitativa de nossa pauta exportadora. Já em relação aos bens importados, o crescimento foi mais homogêneo entre as diferentes categorias de bens, com os semimanufaturados crescendo um pouco acima da média (20,7%), principalmente em decorrência da aquisição de derivados de petróleo.

Inflação e política monetária

No mês de fevereiro a inflação oficial ficou em 0,32% (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE) e contribuiu para que, no acumulado do primeiro bimestre do ano, fosse registrada uma elevação de apenas 0,61%, o menor patamar desde a implantação do Plano Real. Em grande medida, tal resultado foi alcançado graças à significativa queda dos preços dos alimentos em fevereiro - ainda um reflexo da extraordinária safra agrícola

de 2017. Já a inflação acumulada nos últimos doze meses, encerrados em fevereiro, ficou na casa dos 2,84%, portanto, abaixo do piso da meta (3%) definida pelo Conselho Monetário Nacional.

Por conta desses números, na reunião do Copom realizada em 21 de março, a diretoria do Banco Central reduziu mais uma vez a taxa Selic em 0,25%, fixando-a ao patamar de 6,5%. Com isso, o valor da taxa básica de juros em termos nominais encontra-se no menor valor desde a criação da Selic em 1996 - embora se mantenha razoavelmente elevada em termos reais (cerca de 3,5% a.a.), isto é, ainda o dobro daquela que foi observada em março de 2013, quando a taxa real chegou a 1,25%.

De todo modo, na atual conjuntura de baixo dinamismo econômico e ausência das mesmas forças propulsoras que ajudaram a economia em 2017, a perspectiva de baixa inflação ao longo do ano e de juros menos proibitivos indica uma continuidade da ampliação do consumo das famílias, o que provavelmente será o fator decisivo no processo de tênue recuperação da economia ao longo de 2018. Sem sinais de retomada do investimento privado, sem um amplo conjunto de projetos de expansão da infraestrutura, sem ampliação das despesas públicas e na ausência de um novo impulso do setor agrícola, a economia brasileira parece condenada a crescer por espasmos de pouca intensidade e fôlego curto.

TERRITORIAL



O desemprego de longa duração vem crescendo no país. E mulheres, jovens, pessoas de média e alta escolaridade e do meio urbano sofrem mais com isso.

DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO NUNCA FOI TÃO ALTO NO BRASIL

O Brasil possuía aproximadamente 12,6 milhões de desempregados no último trimestre de 2017. Em torno de 59,1% destes, ou quase 7,5 milhões de pessoas, estavam desocupadas há menos de um ano, em situação de desemprego de curta duração. Os demais 5,15 milhões de pessoas (40,9%) se enquadravam no perfil de desemprego de longa duração, ou seja, há períodos superiores a um ano, e que muitas vezes chegam efetivamente a vários anos. Esta última vem sendo a realidade de um número cada vez maior de brasileiros, segundo apontam os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua e Trimestral do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu último resultado apresentado, do quarto trimestre de 2017, em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

Nesta análise observa-se que parte dos desempregados de curta duração infelizmente estão migrando para o grupo de longa duração. E estes possuem um perfil específico que está dificultando sua inserção, motivado mais pelas características das vagas que estão surgindo, do que necessariamente pelo seu possível despreparo profissional.

Quadro 1. Variação do desemprego de longa duração por agrupamento de estados da federação

Agrupamento de estados da federação	Nº de desempregados de longa duração		Variação no período	
	4º trimestre de 2016	4º trimestre de 2017	Nº de desempregados	%
Estados com redução do desemprego de longa duração	2.146.311	1.824.464	-321.847	-15,0
Estados com crescimento do desemprego de longa duração	2.764.399	3.329.081	564.682	20,4
Todos os estados	4.910.710	5.153.545	242.835	4,9

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua e Trimestral/IBGE.

Analisando o desemprego de longa duração por dois agrupamentos de unidades federativas, um com as que apresentaram redução neste tipo de desemprego no período analisado e outro que apresentou crescimento de pessoas neste perfil, nota-se que o primeiro agrupamento obteve redução de 15% neste perfil de desocupação, o que correspondeu a 321.847 desempregados que saíram de tal condição. Os estados que apresentaram maior redução foram Minas Gerais, com 56.515 pessoas que saíram desta situação (redução de 16,1% em relação ao ano anterior), Bahia, com 44.450 pessoas (redução de 8,6%), Ceará, com 38.009 pessoas (redução de 19,5%) e Goiás, com 36.921 pessoas (redução de 25,6%).

No entanto, neste período analisado, 564.682 desempregados do país entraram para a lista do desemprego de longa duração, um crescimento de 20,4% no período. Os principais estados que apresentaram crescimento no desemprego longo foram São Paulo, com novos 241.635 desempregados neste perfil (crescimento de 20% em relação ao mesmo período do ano anterior), Rio de Janeiro, com 191.509 pessoas nesta condição (com o maior crescimento proporcional do país, 38,2%), Pernambuco, com 60.194 pessoas (crescimento de 18,4%) e Paraná, com novas 27.131 pessoas na condição de desocupação de longa duração (cresci-

mento de 14,6%).

No Brasil como um todo, a desocupação de longo período cresceu 4,9%, indo de 4,9 milhões de pessoas no quarto trimestre de 2016 a 5,15 milhões no quarto trimestre de 2017, o que resulta no saldo de 242.935 pessoas que infelizmente ingressaram neste grupo.

Onde estão os desempregados de longa duração

Como pode-se observar no Quadro 2, a realidade é bem distinta de acordo com os estados da federação. No Piauí, a quase totalidade dos desempregados, 92,7% (ou 180 mil pessoas) costuma conseguir novo emprego em menos de um ano. Nos estados de Roraima, com 77,9% (16 mil), Mato Grosso do Sul, 77,8% (82 mil), e Minas Gerais, 75,8% (920 mil pessoas), também é muito mais fácil se reinserir no mercado do que nos demais estados brasileiros.

No entanto, em cinco estados a inserção no mundo do trabalho está muito mais difícil do que nos demais, a maioria dos desempregados tem que esperar mais de um ano para conseguir uma nova colocação. No Amapá, 55,9% (ou 40 mil pessoas) dos desocupados estão nesta condição, em Pernambuco, 54,1% (387 mil), no Amazonas, 53,4% (130 mil), no Rio de Janeiro, 52,6% (700 mil) e em Alagoas, 50,1% (95 mil pessoas).

Quadro 2. Distribuição e proporção de desempregados, por longevidade da situação

Unidade da Federação	Desempregados de curta duração		Desempregados de longa duração		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Rondônia	40.443	57,1	30.359	42,9	70.802	100,0
Acre	24.170	56,1	18.890	43,9	43.060	100,0
Amazonas	114.904	46,6	131.785	53,4	246.689	100,0
Roraima	16.358	77,9	4.647	22,1	21.005	100,0
Pará	288.399	67,9	136.133	32,1	424.532	100,0
Amapá	31.416	44,1	39.827	55,9	71.243	100,0
Tocantins	43.367	58,1	31.281	41,9	74.648	100,0
Maranhão	210.096	56,9	159.382	43,1	369.478	100,0
Piauí	178.482	92,7	14.026	7,3	192.508	100,0
Ceará	308.526	66,3	157.101	33,7	465.627	100,0
Rio Grande do Norte	125.190	65,7	65.456	34,3	190.646	100,0
Paraíba	113.070	64,0	63.654	36,0	176.724	100,0
Pernambuco	327.523	45,9	386.649	54,1	714.172	100,0
Alagoas	94.172	49,9	94.595	50,1	188.767	100,0
Sergipe	73.218	51,5	69.021	48,5	142.239	100,0
Bahia	628.566	57,0	475.003	43,0	1.103.569	100,0
Minas Gerais	921.546	75,8	293.773	24,2	1.215.319	100,0
Espírito Santo	145.878	57,7	106.783	42,3	252.661	100,0
Rio de Janeiro	624.597	47,4	692.507	52,6	1.317.104	100,0
São Paulo	1.796.630	55,4	1.448.806	44,6	3.245.436	100,0
Paraná	303.767	58,9	212.334	41,1	516.101	100,0
Santa Catarina	166.752	66,3	84.934	33,7	251.686	100,0
Rio Grande do Sul	341.781	68,0	160.798	32,0	502.579	100,0
Mato Grosso do Sul	82.233	77,8	23.520	22,2	105.753	100,0
Mato Grosso	85.622	66,3	43.466	33,7	129.088	100,0
Goiás	241.397	69,2	107.389	30,8	348.786	100,0
Distrito Federal	121.474	54,5	101.426	45,5	222.900	100,0
Brasil	7.449.577	59,1	5.153.545	40,9	12.603.122	100,0

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua e Trimestral/IBGE.

Quem são os desempregados de longa duração

O Quadro 3 mostra que o desemprego de longa duração se concentra sobretudo no meio urbano, onde residem 92,2% dos desempregados deste perfil. Tal

concentração fica clara quando se compara com a proporção de moradores em domicílios urbanos do país, 85,7%, cerca de 6,5 pontos percentuais a menos, ou ainda com os desocupados de curto período, 90,1%.

Quadro 3. Distribuição e proporção de desempregados, por longevidade da situação e situação do domicílio

Situação do domicílio	Desempregados de curta duração		Desempregados de longa duração		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Urbano	6.711.500	90,1	4.753.051	92,2	11.464.551	91,0
Rural	738.074	9,9	400.494	7,8	1.138.568	9,0
Total	7.449.574	100,0	5.153.545	100,0	12.603.119	100,0

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua e Trimestral/IBGE.

Quadro 4. Distribuição e proporção de desempregados, por longevidade da situação e sexo

Sexo	Desempregados de curta duração		Desempregados de longa duração		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Feminino	3.458.321	46,4	2.973.147	57,7	6.431.468	51,0
Masculino	3.991.253	53,6	2.180.398	42,3	6.171.651	49,0
Total	7.449.574	100,0	5.153.545	100,0	12.603.119	100,0

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua e Trimestral/IBGE.

O Quadro 4 mostra que, quando se cruza esta temática com o perfil masculino ou feminino, as mulheres representam 57,7% das 5,15 milhões de pessoas na situação de desemprego longo, quase três milhões de pessoas. Já os homens, em média, conseguem uma in-

serção mais rápida no mercado de trabalho, pois eles são maioria entre os desempregados de curta duração, representando 53,6% destes, o que corresponde a quase quatro milhões de pessoas.

Quadro 5. Distribuição e proporção de desempregados, por longevidade da situação e raça/cor

Raça/cor	Desempregados de curta duração		Desempregados de longa duração		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Branca	2.608.516	35,0	1.884.078	36,6	4.492.594	71,6
Preta	903.483	12,1	590.537	11,5	1.494.020	23,6
Amarela	24.360	0,3	28.898	0,6	53.258	0,9
Parda	3.898.279	52,3	2.639.726	51,2	6.538.005	103,6
Indígena	14.509	0,2	10.306	0,2	24.815	0,4
Ignorado	428	0,0	0	0,0	428	0,0
Total	7.449.575	100,0	5.153.545	100,0	12.603.120	200,0

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua e Trimestral/IBGE.

A questão racial não apresenta grande distinção na facilidade para conseguir emprego, com participação relativamente equilibrada em ambos perfis de desemprego. Todavia, o quesito chama atenção para o perfil das vagas de emprego que estão sendo geradas, e que, segundo estatísticas oficiais, são muito caracterizadas pela informalidade, exigência de menor escolaridade e baixa remuneração. No Quadro 5 observa-se que as pessoas de cor preta e parda possuem uma participação um pouco maior no grupo de desempregados de

curta duração do que no de longa duração, e estas são as que estatisticamente apresentam menores médias de anos de estudo, pouco acima da população indígena identificada. Os de cor amarela, identificados como orientais, por sua vez, são os que possuem a maior média de anos de estudo, cerca de 16% superior aos de cor branca. E são justamente estes orientais que dobram sua proporção, ainda que pequena, no grupo dos desempregados por longo período.

Quadro 6. Distribuição e proporção de desempregados, por longevidade da situação e faixa etária

Faixa etária	Desempregados de curta duração		Desempregados de longa duração		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Com 14 a 18 anos	1.013.141	15,1	584.931	12,3	1.598.072	13,9
De 19 a 24 anos	1.727.182	25,7	1.350.087	28,4	3.077.269	26,8
De 25 a 30 anos	1.062.659	15,8	798.802	16,8	1.861.461	16,2
De 31 a 40 anos	1.354.383	20,2	918.982	19,3	2.273.365	19,8
De 41 a 50 anos	886.687	13,2	628.157	13,2	1.514.844	13,2
De 51 a 60 anos	526.384	7,8	367.362	7,7	893.746	7,8
Com mais de 60 anos	141.064	2,1	104.730	2,2	245.794	2,1
Total	6.711.500	100,0	4.753.051	100,0	11.464.551	100,0

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua e Trimestral/IBGE.

Notadamente os jovens são os proporcionalmente mais afetados pela desocupação de longa duração. No Quadro 6, ao comparar a participação de cada grupo etário nos dois perfis de desemprego, nota-se que as duas únicas faixas etárias que aumentam significativamente sua participação no desemprego de longa duração em comparação ao de curto período são as das pessoas de 19 a 24 anos (aumentam de 25,7% no de curto período

para 28,4% no de longo período), e as de 25 a 30 anos (de 15,8 para 16,8%).

Cabe um destaque para os desocupados com mais de sessenta anos, onde a proporção na desocupação por longa duração é levemente superior (2,2% ante 2,1% no de curta duração). Em todas as demais faixas etárias a participação no curto desemprego é igual ou maior.

Quadro 7. Distribuição e proporção de desempregados, por longevidade da situação e nível de instrução

Nível de instrução	Desempregados de curta duração		Desempregados de longa duração		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sem instrução	164.552	2,5	77.914	1,6	242.466	2,1
Fundamental incompleto	1.540.282	22,9	859.270	18,1	2.399.552	20,9
Fundamental completo	712.185	10,6	454.808	9,6	1.166.993	10,2
Médio incompleto	859.223	12,8	627.375	13,2	1.486.598	13,0
Médio completo	2.345.211	34,9	1.884.484	39,6	4.229.695	36,9
Superior incompleto	442.433	6,6	335.505	7,1	777.938	6,8
Superior completo	647.614	9,6	513.695	10,8	1.161.309	10,1
Total	6.711.500	100,0	4.753.051	100,0	11.464.551	100,0

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua e Trimestral/IBGE.

Ao observar a temporalidade do desemprego cruzado pelo nível de instrução dos desempregados, no Quadro 7, observa-se novamente a questão de que tipo de emprego que está sendo gerado. Os desocupados que possuem formação até o ensino fundamental completo têm uma participação maior no grupo de desemprego de curta duração.

Já os desocupados que possuem escolaridade do ensino médio incompleto até o nível superior estão encontrando maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho. As pessoas deste último perfil de escolarização veem sua participação aumentar de 63,9% no primeiro grupo, para 70,7% no grupo dos desempregados de longa duração.

COMUNICAÇÃO



Esta seção analisa a inserção do assassinato de Marielle Franco nas redes sociais e sua cobertura pelos grandes grupos de mídia. O item internacional trata da cobertura dos jornais estrangeiros sobre a morte da vereadora.

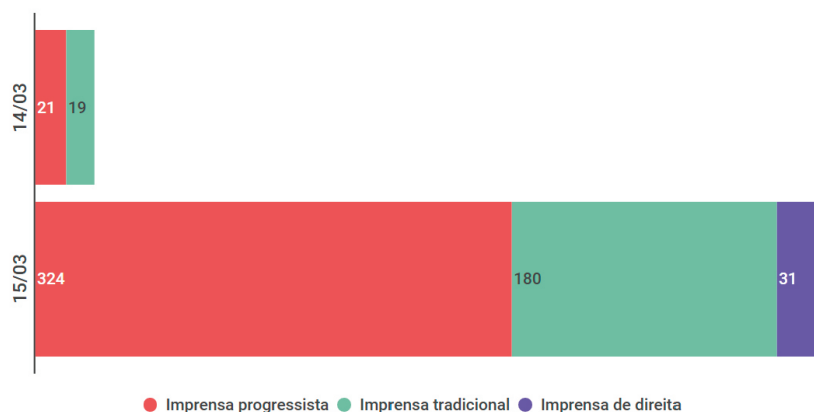
Assassinato de Marielle nas redes sociais

Nas redes sociais online o assassinato da vereadora Marielle Franco teve uma cobertura intensa durante o primeiro dia. A cobertura mais intensiva

foi promovida por páginas de esquerda/progressistas. Em suma, 30,1% da rede tida como progressista foi responsável por 60,5% das publicações sobre o tema.

Assassinato de Marielle Franco: cobertura da imprensa

Número de publicações sobre o tema realizados pelos agrupamentos definidos como imprensa progressista [32 páginas], tradicional [jornais, televisiva, rádios, revistas e jornalismo online: 93 páginas] e de direita [32 páginas]. Em suma, 30,1% da rede tida como progressista foi responsável por 60,5% das publicações sobre o tema.

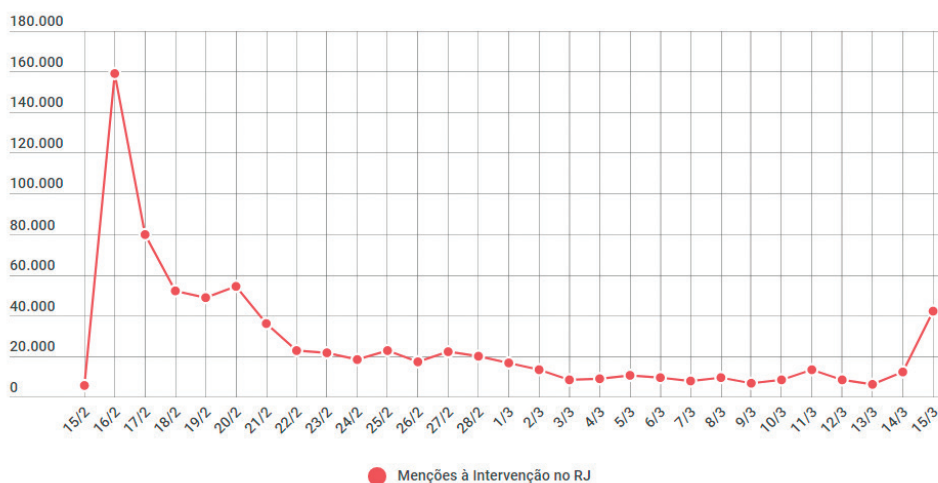


Outro ponto extremamente importante ao analisarmos o período desde o anúncio feito pelo governo federal de que ocorreria a intervenção no Rio de Janeiro é o de que o dia anterior ao assassinato de Marielle Franco foi o dia com o menor volume de citações sobre o tema desde o anúncio. O tema, que teve seu pico no dia 16/02, viu o de-

bate em torno de uma das principais plataformas do atual governo – vista até mesmo como nova bandeira do governo golpista após a queda da Reforma da Previdência – cair por terra. A execução de Marielle, no entanto, fez com que o tema tivesse um crescimento vertiginoso entre os dias 14 e 15/03.

Menções à Intervenção no RJ

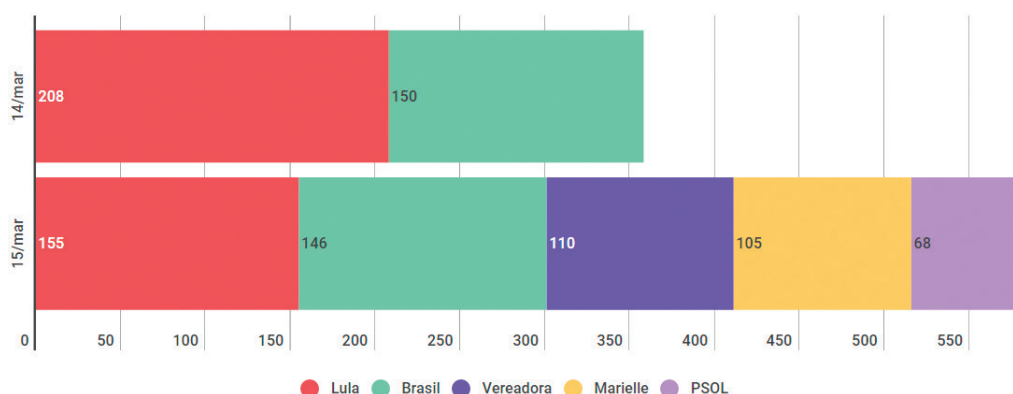
No dia anterior à execução de Marielle, o debate sobre o tema no Twitter **tinha caído ao menor número de menções em um mês.**



É delicado afirmar que as páginas “anti-esquerda” perderam espaço no debate público sobre o assassinato de Marielle Franco. Isso ocorre pelo fato de esse agrupamento não ter se engajado em tal debate com a mesma força que a esquerda/pro-

gressista. Abaixo, os seis termos mais utilizados em 41 páginas anti-esquerda monitoradas no Facebook durante os dias 14 e 15/03. Entre as páginas selecionadas estão jornalistas, movimentos reacionários, políticos e portais anti-esquerda.

Páginas anti-esquerda: 14 e 15 de março



Observa-se no gráfico anterior o principal alvo das páginas “anti-esquerda” no Facebook: Lula. Não importam outros debates, outros temas ou outras pautas. O objetivo desse agrupamento, ao menos durante as próximas semanas será atacar Lula e exigir, a todo custo, sua prisão. Nem que para isso tenham que ignorar o assassinato de uma vereadora e toda a comoção nacional e internacional provocada por ele.

O assassinato e os grandes grupos de mídia

Os grandes grupos de comunicação, particularmente a Globo, noticiaram o assassinato de Marielle Franco com grande senso de oportunidade para aproveitar a comoção em clima de espetáculo e continuar defendendo seus posicionamentos reacionários em prol da intervenção no Rio, além de controlar a narrativa do fato. O movimento é similar ao ocorrido nas “jornadas” de 2013.

A capa de *O Globo* com “Marielle presente” não é uma homenagem, é um escárnio. Assim como o editorial publicado no mesmo dia (16), que ignora o atual Estado de exceção instaurado no país e conclui: “Essa é a oportunidade para que se exerça de fato o trabalho de integração entre as diversas forças de segurança proposto pela intervenção federal no Rio. Elucidar esse caso é dar uma resposta à sociedade. E, ao mesmo tempo, reafirmar o Estado democrático de direito num momento em que ele é perigosamente ameaçado pelo banditismo”.

O Fantástico exibiu no domingo (18) cinco reportagens pautadas para levar o país às lágrimas, com entrevistas da assessora sobrevivente, da viúva do motorista Anderson Gomes, da companheira da vítima, Monica Tereza, e destaque para o que são direitos humanos, no contexto do que moveu a carreira da vereadora assassinada.

O Grupo Globo jamais se preocupou com as bandeiras de Marielle, muito menos com os grupos sociais que ela defendeu até morrer. Ao contrário, como toda a mídia hegemônica sempre legitimou o discurso punitivista em sua programação diária.

O que se pretende é capitalizar a comoção popular, com repercussões internacionais, de modo a controlar as reações políticas internas e evitar a construção de um argumento sólido contra a interven-

ção federal no Rio, e, por extensão, do golpe.

O editorial do jornal *O Estado de São Paulo* (17 de março) classifica como oportunismo o posicionamento do PT. “Em nada contribui para a solução do caso e muito menos para a pacificação do Rio de Janeiro a utilização do assassinato de Marielle para objetivos políticos. Até que o inquérito seja concluído, qualquer sugestão de que o crime tenha caráter político – isto é, que a vereadora tenha sido assassinada em razão de seu trabalho na Câmara do Rio de Janeiro em defesa dos direitos de moradores de favelas e comunidades carentes – é precipitada e se presta a ornar discursos com finalidades oportunistas”.

O jornal também aproveita para mencionar Lula neste contexto. “Não à toa, o PT tratou logo de explorar o caso. Em resolução aprovada a toque de caixa, o partido fez a proeza de vincular o caso de Marielle ao de Lula da Silva, um corrupto condenado”.

E conclui, ao corroborar o discurso da direita sobre os assassinatos de policiais que não recebem o mesmo destaque. “Por outro lado, seu caso não pode ser considerado mais importante do que, por exemplo, o assassinio do policial militar Jean Felipe de Abreu Carvalho, de 29 anos, cometido poucas horas depois, na zona oeste do Rio. Jean Felipe estava de folga e foi baleado por assaltantes. Com isso, chegaram a 27 os PMs mortos no estado do Rio somente neste ano – no ano passado, foram mais de 130 – e nenhum deles teve a notoriedade post mortem da vereadora Marielle.”

Já o editorial da *Folha de S.Paulo*, também publicado no dia 16, destaca o caráter controverso da ocupação no Rio. “Já em si perturbador, o assassinato ocorre num momento especialmente sensível, quando as Forças Armadas, em meio a questionamentos e expectativas, são convocadas a intervir no quadro desastroso da segurança fluminense”.

O assassinato de Marielle na imprensa estrangeira

O assassinato de Marielle Franco foi amplamente noticiado por veículos de comunicação de todas as partes do mundo. As reportagens, produzidas tanto por agências de notícias quanto por correspondentes internacionais denunciaram aos seus

públicos o quadro de extrema violência que assola o Rio de Janeiro. Todas as notícias se referiram a Marielle como uma ativista dos direitos humanos, defensora de LGBTs, voz dos moradores das favelas cariocas, negra e uma crítica severa da ação das polícias e da intervenção federal. A morte da vereadora foi relacionada justamente às descrições da capital carioca como sendo um lugar onde a violência é altíssima e onde as comunidades periféricas são dominadas por gangues de traficantes como o Comando Vermelho ou por milícias formadas por policiais da ativa e outros que já deixaram as corporações. Muitos dos veículos disseram que o crime coloca a intervenção sob pressão e que a falta de resultados nas investigações poderiam representar o fracasso da ação.

Os posicionamentos da ONU e da Anistia Internacional cobrando celeridade nas investigações também foram amplamente noticiados. Em um editorial que critica a situação da violência no Rio, o jornal britânico *The Guardian* afirma que a condenação internacional desse assassinato é importante porque oferece apoio moral àqueles que se manifestam e lembra aos políticos de maior visibilidade que o Brasil será julgado de acordo com a eficiência das investigações e caso as denúncias e críticas feitas por Marielle forem realmente levadas em consideração.

O conteúdo das publicações na imprensa estrangeira, em geral, não teve muita variação. Em um primeiro momento, as notícias publicadas foram sobre o assassinato, as suspeitas que foram levantadas e sobre quem era Marielle e o que ela representava. Na França, o *Libération* reproduziu o tuíte do cientista político Maurício Santoro, “Marielle Franco encarnava uma esperança de renovação em um momento onde a maior parte dos políticos do Rio está na prisão ou a ponto de ser presa”. *The Guardian* afirmou que Marielle era diferente do estereótipo de políticos com os quais o Brasil está acostumado em que a maioria é formada por homens brancos quando mais da metade da população é negra ou parda.

O estadunidense *New York Times* disse que ela era a única mulher negra no Legislativo municipal do Rio e uma das sete mulheres que estão entre os 51 vereadores da capital carioca. O periódico nova-iorquino

ainda trouxe o depoimento da diretora-executiva do Instituto Igarapé, Ilona Szabó. Ela afirmou que Marielle “quebrou barreiras que muitas mulheres negras da periferia pensavam que fossem intransponíveis” e completou, “ela representava esperança para muitas mulheres que nunca pensaram ter voz”.

Assim como muitos outros veículos, o *New York Times* reproduziu um dos últimos tuítes de Marielle, no qual ela questionava “Quantos ainda vão ter que morrer para essa guerra acabar?”, no entanto, diferente dos demais que tentaram dar um ar de sexto sentido à postagem, o *NY Times* explicou que a mensagem se referia à morte de Matheus Melo, de 23 anos. Um caso que não recebeu muita cobertura midiática, de acordo com o jornal, porque tratava-se de um jovem negro pobre em uma cidade onde só aumentam os índices de mortes de homens negros pobres, “muitos morrem nas mãos da polícia, sem muita, ou qualquer, consequência”.

No segundo momento, as notícias trataram do clima de tristeza e indignação que tomou conta do Brasil todo. Jornais do México, Colômbia, Argentina e Chile noticiaram a comoção nacional em função do assassinato de Marielle. A correspondente do argentino *El Clarin* afirmou que é a gota d’água em uma situação repleta de insatisfações relacionadas à situação política e social do país. O colombiano *El Espectador* informou que movimentos sociais convocaram mobilizações em todo o país e que nas redes sociais o público homenageou Marielle utilizando a hashtag #MariellePresente.

O jornal também aponta que, segundo oficiais nas Nações Unidas no Brasil, a vereadora era “uma das principais vozes de defesa dos direitos humanos na cidade”. A mobilização e a comoção também foram noticiadas por diversos outros jornais de todas as partes do mundo como *Washington Post*, *Diário de Notícias* (Portugal) e *El Mundo* (Espanha) – que trata o crime como um balde de água fria em todo o Brasil.

Os jornais também publicaram notícia que mencionam atos em homenagem a Marielle que ocorreram fora do Brasil e posicionamentos críticos à violência no país e à perseguição de ativistas no por parlamentares europeus.

MOVIMENTOS SOCIAIS



Ditaduras são compostas por dois elementos: ruptura institucional e repressão. Se a ruptura institucional já ocorreu com o golpe que destituiu a presidenta Dilma, a repressão ganha contornos preocupantes na conjuntura atual, o que demonstra a gravidade da instabilidade democrática brasileira.

As ameaças aos movimentos sociais

Desde o início, esta sessão trata dos processos dos movimentos sociais, dando ênfase às diferentes estratégias e traçando paralelos com a democracia. No entanto, o cenário atual, piorado nos últimos meses, demonstrou a necessidade de focar a altíssima instabilidade democrática demonstrada nas diferentes formas de repressão e violência contra as iniciativas populares no Brasil.

Os componentes de um golpe de Estado foram alterados para viabilizar a retirada antidemocrática do PT do governo para o qual havia sido eleito. Se antes o formato era militarizado, dessa vez os avalistas da ruptura vieram de um consórcio formado entre os poderes Judiciário, Legislativo e a mídia.

A repressão institucionalizada

Uma ditadura precisa, para além da ruptura institucional, garantir o silêncio dos seus opositores. E nessa etapa, a repressão também ganhou diferentes con-

tornos. Primeiro porque ela é, em parte, institucionalizada pelo próprio Poder Judiciário e ações nefastas do Legislativo.

Um exemplo disso é a Reforma Trabalhista. Entre tantas polêmicas trazidas pelo texto legal aprovado pela Câmara e pelo Senado sem possibilidade de questionamento, o sufocamento do movimento sindical demonstra esse processo repressivo.

A questão financeira é fundamental para compreendermos essa estratégia repressiva. O texto da reforma deu fim ao imposto sindical. Em paralelo a isso, o Supremo Tribunal Federal garante a existência de uma liminar que tenta inviabilizar o financiamento sindical previsto em negociação coletiva, o que seria a melhor alternativa. A parceria entre Legislativo e Judiciário deixa clara a ofensiva para inviabilizar o movimento dos trabalhadores brasileiros.

A discussão do imposto sindical é complexa, e boa parte do movimento sindical historicamente se posicionou contra a existência dele. A questão é que a combinação entre a Reforma Trabalhista e o papel do

Judiciário com o objetivo de inviabilizar a existência das estruturas sindicais limita severamente a liberdade sindical.

Já se pode assistir a um complexo processo de restrições organizativas e financeiras dos sindicatos, que passam por reformulações de orçamento, fechando sedes, demitindo pessoas e vendendo seus ativos. Evidentemente esse processo coíbe primeiro os sindicatos de menor porte e capacidade de resistência que, na maioria dos casos, representam categorias com menos direitos e condições de trabalho.

No entanto, também há grandes máquinas sindicais em dificuldades. Exemplo disso são as crises financeiras da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que passam por dificuldades até mesmo de remuneração dos funcionários e de manutenção das estruturas.

Tanto o Dieese quanto a CUT representaram, nas últimas três décadas, importantes instrumentos de luta da classe trabalhadora e que garantiram avanços inquestionáveis, como a valorização real do salário mínimo, efetivada pelo governo do presidente Lula.

A inviabilização financeira dessas entidades representa uma lógica de repressão organizada por estruturas do Estado e apoiada pelo setor empresarial, que se constitui em real passo da ruptura democrática vivida no Brasil. Fica imposta uma limitação real à capacidade de organização da classe trabalhadora brasileira.

A repressão violenta – a antessala do crime de Estado

Outra frente da repressão é policial. Não é raro assistirmos casos de reação violenta das polícias às manifestações. O último exemplo recente é o da repressão aos servidores públicos municipais da cidade de São Paulo, que protestavam pacificamente contra a reforma da previdência municipal, proposta por João Doria Jr.

Já não é a primeira vez que um protesto contra ações do prefeito de São Paulo ganha esse tratamento. Foi assim contra o movimento estudantil, é assim na Gracelandia e foi assim contra os servidores. E parece que seguirá assim, já que o prefeito é pré-candidato a governador do Estado de São Paulo, calando inclusive aqueles que se opõem a ele dentro do próprio partido.

O prefeito é uma marca da expressão da intencionalidade ditatorial pela qual passa o Brasil. Desfila seu ódio e sua incapacidade de diálogo nas redes sociais de forma constante, adota o discurso tacanho do MBL com uma facilidade assustadora e chega ao absurdo de afirmar que o PSB seria “extrema esquerda”, mesmo com o apoio quase fraternal desse partido ao governo do estado de São Paulo ao longo dos últimos anos.

Violência e ódio se combinam para gerar uma extrema dificuldade de ressonância dos processos de resistência. As polícias se aliam, via de regra, a determinadas matrizes políticas de governos, para sempre reprimir atos contrários a determinados partidos e governantes. Não foi vista nenhuma repressão aos atos verde-amarelos de 2015 e 2016.

A repressão que mata

No entanto, não há forma mais nefasta de repressão do que aquela que literalmente mata. E, aqui, há mortes provocadas ora por agentes públicos ora por pistoleiros contratados pelos donos do poder. A consolidação da aliança entre os donos do poder e os golpistas é de tal forma evidente que os crimes são cometidos sem nenhum pudor.

São inúmeras lideranças indígenas, camponesas e rurais assassinadas todos os anos no Brasil. Nos últimos dois anos, foram mais de cem assassinatos no campo com o intuito de calar vozes da resistência.

O caso da vereadora do PSol do Rio de Janeiro Marielle Franco e de seu motorista Anderson Pedro demonstra uma complexidade do processo repressivo que deixa qualquer democrata (até mesmo os liberais) assustado. Marielle foi assassinada em todas as suas representações políticas. Primeiro, na condição de mulher, negra, lésbica e da periferia.

Esse crime atinge a representatividade de Marielle, favelada, negra. Diz ao povo que não há potência de transformação. Angela Davis e Audre Lorde afirmam que quando se mudam as condições de vida dessas mulheres, muda-se a estrutura da sociedade. Esse crime diz não a isso.

E aqui cabe uma nota central para esse texto: essa ditadura contra as mulheres, contra o povo preto, contra LGBTs e contra pobres nunca acabou. O cenário da

imposição da força e da violência contra essas populações é diário e constante. O machismo, a homofobia e o racismo são elementos originários dessa ditadura, que hoje só amplia o seu “público cativo”.

Marielle foi assassinada nas suas representações políticas, como vereadora, militante dos direitos humanos e denunciadora das violências diárias dessa ditadura. Esse ato aponta para uma gravidade da situação atual da democracia brasileira. Trata-se de uma ruptura generalizada que simplesmente cancela o pacto constitucional firmado pelo Brasil em 1988.

Ainda há grito antes da longa noite sem luz

É impossível tratarmos todos esses elementos de forma desconectada. Em diferentes formatos e com diferentes estratégias, há um processo de tentativa de silenciar qualquer resistência ao achincalhe da democracia brasileira proposto pelos golpistas. Inviabilizar a

candidatura legítima do líder das pesquisas faz parte desse todo.

As manifestações que tomaram conta do Brasil, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro após a execução de Marielle são demonstrações disso. As vozes que ecoam das ruas, muitas vezes jovens, espontâneas, com novas formas de expressão e organização são contundentes. As ruas e o espaço público continuam sendo um potencial instrumento de transformação dessa força latente.

Aos movimentos sociais tradicionais e organizados, ao povo que se revolta, aos partidos políticos que se preocupam com o povo, e mesmo àqueles que ainda se preocupam com a democracia, há uma única expressão necessária nesse momento: vivemos os últimos minutos que antecedem uma nova ditadura. Dizer as palavras com os reais significados que elas têm pode ser um bom começo.



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

EXPEDIENTE

O Boletim de Análise da Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: Gustavo Cudas. Equipe editorial: Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo P.F. Manzano (economistas); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Vilma Bokany e Matheus Toledo (sociólogos); William Nozaki (cientista social); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Antonio Carlos Carvalho (advogado); Rose Silva e Pedro Simon Camarão (jornalistas). Análise de mídias sociais: Leonardo Casalinho e Pedro Barciela. Revisão: Fernanda Estima. Edição eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 18 de março de 2018.

BOLETIM DE
ANÁLISE DA
CONJUNTURA



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091
Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br